

NÔMADES E SEDENTÁRIOS, PASTORES E AGRICULTORES NA ÁFRICA DO NORTE ANTIGA: DA HISTORIOGRAFIA COLONIAL ÀS PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS*

Julio Cesar Magalhães de Oliveira**

Resumo: A historiografia sobre a África do Norte antiga foi amplamente marcada pela experiência do moderno colonialismo e pelo processo de descolonização que se seguiu. Tudo isso resultou em uma visão polarizada da história do Magreb antigo e no uso constante de oposições binárias para compreender as realidades antigas. Este artigo estuda, em particular, a construção e a utilização da oposição entre “nômades” e “sedentários”, “pastores” e “agricultores” nas historiografias colonial e independentista e mostra como os trabalhos arqueológicos dos últimos anos, distanciando-se dessas antigas visões, têm suscitado novas perspectivas de investigação sobre o pastoralismo na África antiga.

Palavras-chaves: África do norte antiga; historiografia; arqueologia; pastoralismo.

NOMADS AND SEDENTARY, SHEPHERDS AND FARMERS IN ANCIENT NORTH AFRICA: FROM COLONIAL TO CONTEMPORARY PERSPECTIVES

Abstract: The historiography on Ancient North Africa has been widely marked by the experience of the modern colonialism and the subsequent process of decolonization. All that resulted in a polarized view of the history of the ancient Maghreb and in the constant use of binary oppositions in the study of ancient realities. This paper, in particular, studies the construction and uses of the opposition between “nomad” and “sedentary”, “pastoralist” and “agriculturalist” in the colonial and postcolonial historiographies on the Maghreb. In addition, it shows how recent archaeological works have stimulated new perspectives of investigation on the history of pastoralism in ancient North Africa.

Key-words: Ancient North Africa; historiography, archaeology, pastoralism.

* Conferência apresentada no X Colóquio do CPA (13-15 de outubro de 2009).

** Professor de História Antiga. Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. E-mail: jcmo@usp.br.

1. Introdução

A constituição da *Altertumswissenschaft*, ou ciência da Antiguidade, no contexto imperialista do século XIX não poderia deixar de ser marcada pelos pressupostos e preconceitos do período. De fato, diversos estudos, nos últimos anos, têm ressaltado o impacto duradouro dessa herança colonialista sobre os modelos e os conceitos utilizados desde então pelos estudiosos da Antiguidade (BERNAL, 1987; HINGLEY, 2000). No entanto, nenhuma tradição foi tão profundamente marcada pelo moderno colonialismo e pelo processo de descolonização que se seguiu do que os estudos sobre a África do Norte. Isso porque em nenhuma outra parte a associação entre Roma e o imperialismo moderno foi tão insistentemente levada a cabo, tanto pelos colonizadores, quanto pelos próprios colonizados (FENTRESS, 2006, p. 3). Dessa identificação entre passado e presente resultou, por parte dos ideólogos, divulgadores e estudiosos do período colonial, uma visão da romanização das províncias africanas como um processo civilizatório, à qual os intelectuais ligados aos movimentos de libertação magrebinos não hesitariam em opor sua própria visão, ressaltando os efeitos deletérios da conquista e concebendo as revoltas e práticas religiosas e culturais africanas sob o Império Romano como evidências de uma verdadeira resistência à ocupação estrangeira (Cf. MATTINGLY, 1996; MUNZI, 2001).

Embora diametralmente opostas em suas conclusões, ambas as correntes partilhavam de princípios de reflexão muito semelhantes, que se revelam na mesma visão polarizada da sociedade provincial que desenvolveram ou no recurso frequente que fizeram a toda uma série de oposições binárias, como entre “nômades” e “sedentários”, “montanha” e “planície”, “Tell” e “Saara”, “romanos” e “africanos”. Essas não eram apenas diferenças arbitrariamente construídas para fins retóricos, mas também chaves

Nômades e Sedentários...

de leitura, princípios interpretativos fundados na ideia de essências, de grupos homogêneos e de determinações atemporais que tendiam a simplificar ao extremo as especificidades e complexidades da formação ecológica e social do Magreb antigo (MATTINGLY; HITCHNER, 1995, p. 169-170). Dentre essas dicotomias, eu gostaria aqui de analisar, de modo particular, a oposição entre “nômades” e “sedentários”, tal como foi desenvolvida por essa historiografia, e de explicitar as novas perspectivas para o estudo do pastoralismo na África Norte antiga abertas, na esteira das preocupações do período pós-colonial, pelos recentes trabalhos arqueológicos desenvolvidos na região.

2. Nômades e sedentários em perspectiva

Recordemos, de início, que a oposição entre nômades e sedentários não se confunde, necessariamente, com a diferenciação entre pastores e agricultores. O nomadismo, em sentido estrito, consiste na mobilidade de toda uma população e de seus rebanhos, bem como em uma economia da qual a agricultura está praticamente ausente. O pastoralismo, ao contrário, compreende uma diversidade de formas muito mais ampla, que vão desde a criação de animais por comunidades agrícolas e sedentárias, passando por formas mais especializadas de criação, como a transumância a longa distância (em que os rebanhos são transferidos de assentamentos fixos para pastagens de inverno ou de verão), até o nomadismo propriamente dito (em que toda a comunidade se desloca a partir de sua base de inverno) (HITCHNER, 1994, p. 28-29). Essas distinções, entretanto, nem sempre foram feitas e, embora a existência de nômades “puros” na África do Norte seja hoje geralmente contestada, a polarização entre agricultores sedentários e nômades pastoris constitui um verdadeiro *topos* entre os historiadores do

Magreb, e não apenas entre os antiquistas (BRETT; FENTRESS, 1996, p. 202-205).

Essa oposição remonta, na verdade, à própria Antiguidade, aos relatos etnográficos dos geógrafos e historiadores gregos. De fato, a recorrência da contraposição entre povos nômades pastoris, “comedores de carne e bebedores de leite”, e povos sedentários, agricultores e “comedores de trigo”, em autores tão diversos como Heródoto, Aristóteles, Salústio ou Amiano Marcelino, poderia mesmo ser vista, como Brent Shaw já sugeriu, como uma verdadeira ideologia mediterrânea, que precedia e direcionava até as observações mais empíricas dos autores antigos sobre as sociedades “bárbaras” (SHAW, 1982/1983). Essa visão estereotipada, que associava a vida sedentária e agrícola à própria civilização, seria herdada e modificada pelos Europeus no contexto da moderna expansão colonialista. Embora, desde o século XVIII, o “caçador-coletor” tivesse substituído no discurso acadêmico o “pastor nômade” como o estágio mais primitivo da evolução humana, a associação entre nomadismo e barbárie continuaria a ser utilizada para ressaltar a missão civilizadora da colonização agrícola levada a cabo pelos conquistadores do passado e do presente. Durante a ocupação francesa e italiana do Magreb, em particular, a exploração intensiva da terra no período romano foi, com frequência, associada à política de desenvolvimento agrícola empreendida pelas potências coloniais e, contra toda evidência, atribuída exclusivamente aos imigrantes (MUNZI, 2001, p. 11). Nessa perspectiva, os colonos romanos, mesmo onde hoje sabemos jamais ter havido verdadeira implantação colonial, eram vistos como os únicos responsáveis pelo desenvolvimento agrícola, e as populações indígenas, como beneficiárias passivas desse progresso ou como rebeldes irredutíveis que recusavam os benefícios da civilização. Confinados à montanha ou ao deserto, nômades e

Nômades e Sedentários...

transumantes eram tidos como uma constante ameaça que parecia justificar a suposta militarização do campo e o estabelecimento da fronteira como parte de uma política romana de contenção. Daí as imagens paralelas do “soldado-camponês” romano e do “nômade saqueador” indígena veiculadas tanto pelos panfletários e autores de divulgação do período colonial, como pelos próprios estudiosos, de René Cagnat a Louis Leschi (CAGNAT, 1913; LESCHI, 1957. Cf. FÉVRIER, 1985).

Os intelectuais e historiadores que se empenharam a partir dos anos 1960 e 1970 em “descolonizar” a história do Magreb, dando voz aos nativos do passado, não contestaram a existência desses conflitos e oposições, mas apenas inverteram seu significado. Assim Abdallah Laroui, em sua *Histoire du Maghreb*, de 1970, fazia pouco mais do que ressignificar a “ameaça nômade” da historiografia colonialista atribuindo-lhe um caráter nacionalista, enquanto expressão da luta das populações africanas contra a ocupação estrangeira. Marcel Bénabou, em seu importante livro de 1976, *La résistance africaine à la romanisation*, apresentava, é verdade, uma visão mais nuançada que pretendia deliberadamente recusar “o esquema simplista de um mundo articulado segundo uma divisão binária” (BÉNABOU, 1980, p. 11-12). Bénabou não deixava de notar, por exemplo, a profunda simbiose que nômades e sedentários sempre podem estabelecer e ele não pretendia atribuir a todos os africanos uma mesma atitude de resistência à romanização. No entanto, em sua concepção, as montanhas do Aurès e as margens do deserto continuavam a serem vistas como focos de uma constante resistência armada ao domínio romano, e as revoltas de pastores eram tidas como uma reação compreensível provocada pelos entraves colocados à liberdade de movimentos de seus rebanhos. Dessa forma, o pastoralismo era visto como uma estratégia de sobrevivência “natural” e

Julio Cesar Magalhães

“imutável”, determinada pelas próprias condições geográficas da região, e o impacto da integração da África ao Império sobre esses grupos era reduzido à ruptura de uma suposta “harmonia natural” e de um “equilíbrio preexistente” (BÉNABOU, 2005 [1976], p. 69-73).

A ameaça militar representada pelos montanheseiros do interior e pelos nômades do deserto, enfatizada por ambas as tendências historiográficas, foi em muito redimensionada pelas pesquisas realizadas desde os anos 1970 sobre o exército romano da África e as estruturas de defesa de suas fronteiras. Trabalhos como o de Pol Trousset, sobre o *limes* tripolitano, têm ressaltado, nesse sentido, o quanto esse sistema de defesas deveria ser visto, não como uma barreira intransponível contra as incursões dos nômades do deserto, mas como uma sequência de fortes e de obstáculos descontínuos destinados a vigiar e dividir as tribos do exterior e a controlar o movimento de pessoas e de mercadorias entre as zonas predominantemente nômades e as zonas predominantemente sedentárias (TROUSSET, 1974; MATTINGLY, 1995, p. 77-79).

No entanto, os trabalhos especificamente dedicados ao estudo do pastoralismo na África antiga não conheceram o mesmo desenvolvimento. Até bem pouco tempo, o foco dos poucos estudos existentes girava sempre em torno da questão de saber se as comunidades de pastores, sob o Império, haviam mantido sua mobilidade tradicional ou se haviam sido forçadas à sedentarização (BERTHIER, 1968; WHITTAKER, 1978). Nesse debate, estudos mais recentes têm enfatizado que a resposta à questão não seria uma escolha simples entre as alternativas (LEVEAU, 1988; KEHOE, 1990). Contudo, como R. Bruce Hitchner ressaltava em 1994, todo o debate ainda partia da mesma suposição de que as várias formas de pastoralismo atestadas no Magreb, desde o fim de sua pré-história, poderiam ser vistas como uma

Nômades e Sedentários...

característica permanente e, na verdade, imutável da região (HITCHNER, 1994, p. 27).

As escavações e prospecções arqueológicas realizadas nos campos africanos, sobretudo a partir dos anos 1980, têm suscitado, no entanto, novas perspectivas de investigação que vão muito além das simples oposições que marcaram as historiografias colonial e independentista. No restante deste artigo, eu gostaria de ressaltar a importância desses trabalhos para nossa compreensão do pastoralismo no Magreb antigo.

3. A arqueologia rural e o estudo do pastoralismo no Magreb antigo

A arqueologia do pastoralismo é sempre mais difícil de ser empreendida do que o estudo dos assentamentos agrícolas. A identificação arqueológica dos acampamentos sazonais dos grupos nômades, por exemplo, pode apenas ser confirmada quando dispomos de uma confluência de evidências, que, em si mesmas, poderiam passar despercebidas (CRIBB, 1991, p. 65-83). No entanto, a ocorrência do nomadismo pastoril pode também ser atestada por testemunhos indiretos, como a predominância das espécies domesticadas ou a existência de cemitérios isolados utilizados por comunidades errantes. Outras formas de pastoralismo podem ser indicadas pela presença de cercamentos, estábulos ou currais junto às fazendas, às casas de vilarejos ou na entrada das aglomerações (BARKER; GRANT, 1999, p. 584-587).

A maioria dos estudiosos hoje em dia tende a afirmar que nenhum grupo nômade na África do Norte durante a época histórica esteve completamente independente da produção agrícola, nem que seja aquela praticada nos oásis. No entanto, as evidências da domesticação de animais no Saara, durante o neolítico, precedem de um a dois milênios o aparecimento

Julio Cesar Magalhães

das primeiras espécies de cereais cultivados, o que sugere um desenvolvimento do pastoralismo na região muito anterior ao da agricultura (BRET; FENTRESS, 1996, p. 202-204). A existência de comunidades de pastores nômades nas margens desérticas do Magreb é também confirmada na época clássica pelos vestígios de sepultamentos em *tumuli* (ou montículos) isolados de qualquer assentamento e quase sempre contendo ossos reenterrados após sua exposição em outros lugares (CAMPS, 1961, p. 481-505). Outras evidências são encontradas nas pinturas rupestres do vale do Fezzan, no deserto da Líbia, onde o aparecimento, em meados do segundo milênio a.C., de representações de carros puxados por dois ou quatro cavalos sugere não apenas a emergência de uma aristocracia guerreira, mas também as novas possibilidades para o desenvolvimento do nomadismo pastoril decorrentes da crescente mobilidade conquistada, a partir da domesticação do cavalo, pelas populações mediterrâneas ou berberes atestadas desde essa época na região (BRETT; FENTRESS 1996, p. 17-24).

O desenvolvimento do nomadismo, entretanto, não pode ser visto como uma exigência natural do ambiente ou como uma característica imutável da região. O caso dos garamantes, no deserto da Líbia, é, nesse sentido, bastante significativo por testemunhar o desenvolvimento de uma economia agropastoril nas margens áridas do Magreb muito antes de qualquer contato com os romanos. Nas fontes antigas, os garamantes são quase sempre vistos como nômades, habitantes de tendas, belicosos e intransigentes. Embora o próprio Heródoto (*História*, IV, 183) já testemunhasse a prática da agricultura nos oásis controlados por essas tribos, foi a primeira imagem que prevaleceu até o início das escavações sistemáticas nos vales líbios do Fezzan, o principal território ocupado pelos garamantes na Antiguidade (MATTINGLY, 1995, p. 35). As escavações realizadas nos anos 1930, nos anos 1960 e,

Nômades e Sedentários...

mais recentemente, de 1997 a 2002 revelaram, entretanto, uma situação muito mais complexa (PACE *et al.*, 1951; DANIELS, 1970, 1989; MATTINGLY, 2003). Inúmeros vestígios de assentamentos, sistemas de irrigação e cemitérios foram encontrados nos vales do esc-Sciatti, el-Agial e Berguig e as evidências paleobotânicas do cultivo de cereais, como trigo e cevada, podem ser associadas à implantação, já no século IX a.C., de vilarejos fortificados nas colinas. A partir do século IV a.C. os assentamentos começam também a ser implantados na terra plana dos oásis, onde a aglomeração de Garama (Germa) começaria a se desenvolver como uma importante cidade, o centro da confederação dos garamantes na época romana, em torno da qual a rede de *foggaras* (ou canais de irrigação subterrâneos) é tão densa que, se os canais fossem unidos, atingiriam os 2000 km de extensão! O mais interessante é que o desenvolvimento da agricultura irrigada e dos assentamentos na região não se deve a um ambiente muito mais húmido do que hoje. De fato, os recentes estudos sobre a evolução climática na região mostram que essa transformação está associada, ao contrário, ao ressecamento definitivo da área, o que deve ter levado à concentração populacional em torno dos pontos de água ainda existentes e a uma exploração mais coordenada dos recursos hídricos (MATTINGLY, 2003; QUINN, 2009, p. 266-268).

Assim, enquanto as fontes escritas apontam para o pastoralismo, a arqueologia revela sobretudo a prática da agricultura no Fezzan, embora haja também evidências arqueológicas do pastoralismo na região, como ossos de animais e depósitos de esterco em diversos sítios. Na verdade, a economia dos garamantes parece mesmo ter sido uma economia mista, agrária e pastoril, o que nos lembra que as tribos africanas não eram grupos social e economicamente homogêneos (BRETT, FENTRESS, 1996, p. 23-24, 204). Diodoro Sículo, por exemplo, referia-se aos *Macaes* como sendo compostos

Julio Cesar Magalhães

por três sub-grupos de agricultores, pastores e “bandidos” (MATTINGLY, 1995, p. 38). Ainda entre os modernos tuaregues, a agricultura podia ser desprezada pela aristocracia guerreira dos nômades como uma ocupação de subalternos e de escravos, mas isso não os impedia de viver em simbiose com os cultivadores dos oásis (BRETT; FENTRESS, 1996, p. 213-217).

Se o ressecamento do deserto da Líbia não levou, portanto, a uma expansão do nomadismo pastoril, mas ao desenvolvimento de uma economia mista pelos garamantes, as prospecções realizadas nos territórios das províncias romanas da África parecem indicar que a incorporação ao Império, longe de levar à completa sedentarização dos pastores, criou novas formas de pastoreio e de transumância a longa distância em uma escala muito maior do que antes. Para citar apenas um exemplo, esse é o caso das prospecções realizadas de 1982 a 1989 pela equipe dirigida por R. Bruce Hitchner na região de Kasserine, a antiga *Cillium*, no sul da Tunísia (HITCHNER, 1987, 1990). O objetivo desse projeto era investigar as transformações no assentamento rural e na economia das altas estepes tunisianas durante o período romano. Uma área de 175 km² foi investigada mais detidamente e dividida em 5 setores, sendo que 200 sítios foram reconhecidos, computados e catalogados. Aqui, os primeiros assentamentos datam apenas do século I d.C., o que é atestado pela presença da cerâmica sigilata contemporânea em torno de *Cillium*, o centro do território da tribo dos Musuni Regiani, e em poucos vilarejos. O século II conhece um crescimento substancial dos assentamentos, sobretudo no setor 5 da prospecção, uma área dominada por pequenas fazendas no sopé de uma montanha a oeste da cidade. No entanto, a verdadeira explosão do número de fazendas, muitas vezes pequenas e isoladas, ocorre apenas nos séculos III e IV, o que sugere uma progressiva expansão dos cultivadores individuais que deixavam os centros da tribo para ocupar as terras marginais.

Nômades e Sedentários...

O século V ainda parece testemunhar uma continuidade da ocupação, mas o século VI assiste a um declínio substancial dos assentamentos, sobretudo das fazendas menores, e no século VII há um desaparecimento generalizado em todos os setores.

Os resultados dessa prospecção parecem, portanto, testemunhar a passagem de um modo de vida em cabanas e de uma economia com um forte componente pastoril para uma agricultura sedentária e uma progressiva destruição dos laços tribais em benefício do cultivo individual da terra. O principal catalisador dessa transformação parece ter sido o incentivo à produção de azeite para exportação, o que é, aliás, testemunhado pela presença de inúmeras prensas em todos os setores. No entanto, as investigações também fornecem evidências da criação de rebanhos, tanto antes, como depois da conquista romana (HITCHNER 1994). No período pré-romano, a presença de inúmeros *tumuli* associada à ausência de assentamentos parece indicar a presença de comunidades errantes de pastores, que sempre retornam a esses sítios para enterrar seus mortos. A partir da conquista romana, os vilarejos montanheses são compostos, de início, por pequenas casas de fazenda, dotadas de prensas para o azeite. Aos poucos, porém, currais ou cercados para a criação de animais são acrescentados a esses vilarejos fortificados, o que parece indicar um progressivo incentivo ao pastoreio de transumância, com a expansão da agricultura oleícola e o desmatamento das montanhas. As *uillae* e pequenas fazendas identificadas na planície são também dotadas tanto de prensas, como de currais, indicando um relativo equilíbrio entre a produção de cereais e de azeite e a criação de rebanhos. Por fim, as grandes aglomerações rurais, como Ksar el-Guellal, apresentam vestígios de cercados comunais para os rebanhos e a própria cidade de Telepte parece ter tido

vastos cercados em sua periferia, o que sugere a existência de um mercado de animais ou de um centro de produção de tecidos de lã.

Os resultados da campanha de Kasserine indicam, portanto, que a incorporação da região ao Império e os incentivos à intensificação da produção agrícola e pastoril para a exportação e para o mercado urbano levaram à substituição de uma forma mais restrita de pastoralismo semi-nomádico por formas mais especializadas de pastoreio, sejam elas a criação em larga escala de animais em fazendas, o pastoralismo de montanha, a transumância regular a longa distância e até mesmo o verdadeiro nomadismo. A conquista romana e a expansão agrícola podem, de fato, ter levado as tribos pastoris a retrocederem à estepe, mas a intensificação da criação, sobretudo de ovinos, implica que os movimentos de pastores devem ter aumentado e não diminuído durante o período romano.

4. Conclusão

Para concluir, podemos dizer que os trabalhos arqueológicos realizados nos campos africanos têm contribuído muito para dismantlar as diferenças absolutas, as oposições binárias e os determinismos geográficos herdados do passado colonial e das lutas pela independência do Magreb, ao mesmo tempo em que apontam para uma abordagem mais contextualizada e histórica, inclusive daqueles conflitos descritos por essas historiografias. Pode-se argumentar que esses trabalhos, mesmo recusando a instrumentalização do passado, não estão isentos das influências do presente. Até mesmo David Mattingly e R. Bruce Hitchner, dois críticos ferrenhos da herança colonial, já foram, nesse sentido, acusados por adeptos mais radicais das teorias pós-coloniais, como Robert Annandale, de manterem em seus trabalhos sobre o Fezzan ou sobre as altas estepes tunisianas na época romana uma perspectiva

Nômades e Sedentários...

etnocêntrica, que se revelaria em sua valorização da complexidade social e do progresso econômico nessas sociedades. Annandale alega que a própria definição de progresso é datada e que todas sociedades são complexas (ANNANDALE, 2001, p. 74-75). Do mesmo modo, a recusa em tomar a expansão dos assentamentos, a especialização econômica e a produção para exportação como indícios de desenvolvimento ou prosperidade econômica tem levado autores como Peregrine Horden e Nicholas Purcell em seu importante livro sobre o Mediterrâneo, *The Corrupting Sea* (2000), a negarem a própria ideia de rupturas, declínios e quedas(cf. FENTRESS; FENTRESS, 2001). Mas esses questionamentos não explicam a transformação que vemos, por exemplo, em Kasserine, no século VII, com o desaparecimento de todos os assentamentos.

Não há dúvida de que devemos recusar categoricamente os julgamentos ideológicos que tradicionalmente caracterizaram o modo de vida nômade, em particular, e o pastoralismo, em geral, como marginais e primitivos. Mas, do meu ponto de vista, o respeito às diferenças não deve nos levar a recusar a própria compreensão histórica, sob a alegação de que todas as experiências são equivalentes. É também verdade que os estudos antropológicos e históricos sobre grupos nômades como os tuaregues entre os próprios berberes modernos mostram que se a cultura material desses grupos é bastante simples, sua cultura social, nem por isso, deixa de ser de extrema complexidade. Mas o surgimento de aglomerações urbanas, da agricultura e do comércio caravaneiro entre os garamantes no I milênio a.C. parece-me implicar indubitavelmente uma organização social e econômica mais complexa do que antes. A história do pastoralismo na África do Norte antiga nos revela muito mais do que permanências no modo de vida pastoril, mais ou menos intensificado segundo as épocas. Ela nos revela também

Julio Cesar Magalhães

verdadeiras rupturas que marcam a ascensão e a queda de uma sociedade muito mais sofisticada e complexa no período romano do que aquela que a precedeu e do que aquela que sobreviveu ao colapso do século VII.

Referências bibliográficas:

ANNANDALE, R. *Historiography, Post-Colonial Theory and Roman North Africa: A study of the impact of cultural beliefs on historical knowledge*. Thesis of MA, University of Manitoba, 2001.

BARKER, G.; GRANT, A. Food and Farming. In: BARKER, G. (ed.). *Companion Encyclopedia of Archaeology*. Vol. 1. Londres: Routledge, 1999, p. 546-607.

BÉNABOU, M. *La résistance africaine à la romanisation*. Paris: La Découverte, 2005 (1ª ed. Paris: Maspero, 1976).

_____. L'Afrique et la culture romaine : le problème des survivances. *Cahiers de Tunisie*, Tunis, v. 29, p. 9-21, 1980.

BERNAL, M. *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1987.

BERTHIER, A. Nicibes et Suburbures, nomades ou sédentaires. *BAA*, v. 3, p. 293-300, 1968.

BRETT, M.; FENTRESS, E. *The Berbers*. Oxford: Blackwell Publishing, 1996 (The Peoples of Africa).

CAGNAT, R. *L'armée romaine d'Afrique et l'occupation militaire sous les empereurs*. 2ª ed. Paris: Imprimerie nationale, 1913.

CAMPS, G. *Aux origines de la Berbérie*. Masinissa ou les débuts de l'histoire. Alger, 1961.

CRIBB, R. *Nomads in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

DANIELS, C. *The Garamantes of Southern Libya*. Michigan, 1970.

_____. Fieldwork amongst the Garamantes. *Libyan Studies*, v. 20, p. 45-61, 1989.

Julio Cesar Magalhães

FENTRESS, E. Romanizing the Berbers. *Past and Present*, v. 190, p. 3-33, 2006.

FENTRESS, J.; FENTRESS, E. Review : The Hole in the Doghnut. *Past and Present*, v. 173, p. 203-219, 2001.

FÉVRIER, P.-A. Le monde rural du Maghreb antique (Approche de l'historiographie du XIX^e siècle). In: *110^e congrès national des sociétés savantes*. Montpellier, 1985, pp. 87-106.

HINGLEY, R. *Roman officers and English gentlemen*. Londres: Routledge, 2000.

HITCHNER, R. B. The Kasserine Archaeological Survey, 1982-86. *Antiquités Africaines*, Paris, v. 24, p. 7-41, 1988.

_____. The Kasserine Archaeological Survey, 1987. *Antiquités Africaines*, Paris, v. 26, p. 231-260, 1990.

_____. Image and reality: the changing face of pastoralism in the Tunisian High Steppe. In: CARLSEN, J.; ØRSTED, P.; SKYDSGAARD, J. E. (eds.). *Landuse in the Roman Empire*. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 1994, p. 27-44.

HORDEN, P.; PURCELL, N. *The Corrupting Sea: a Study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell, 2000.

KEHOE, D. P. Pastoralism and agriculture. *Journal of Roman Archaeology*, Portsmouth, v. 3, p. 386-398, 1990.

LESCHI, L. *Études d'épigraphie, d'archéologie et d'histoire africaines*. Alger, 1957.

LEVEAU, P. Le pastoralisme dans l'Afrique antique. In: WHITTAKER, C. R. (ed.). *Pastoral Economies in Classical Antiquity*. Cambridge, 1988, p. 177-195.

Nômades e Sedentários...

MATTINGLY, D. J. *Tripolitania*. Londres: B. T. Batsford, 1995.

_____. From one Colonialism to another: Imperialism and the Maghreb. In: WEBSTER, J.; COOPER, N. (orgs.). *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives* (Leicester Archaeology Monographs, 3). Leicester, 1996, p. 49-69.

_____. *The Archaeology of Fazzan*. Volume 1, Synthesis. London: The Society for Libyan Studies, 2003.

MATTINGLY, D. J.; HITCHNER, R. B. Roman Africa: An Archaeological Review. *Journal of Roman Studies*, v. 85, p. 165-213, 1995.

MUNZI, M. *L'epica del ritorno: archeologia e politica nella Tripolitania italiana*. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2001.

PACE, B.; CAPUTO, G.; SERGI, S. Scavi Sahariani: Ricerche nell'Uadi el Agjal e nell'Oasi di Gat della missione Pace-Sergi-Caputo. *Monumenti Antichi, Accademia Nazionale dei Lincei*, v. 41, p. 151-551, 1951.

QUINN, J. C. North Africa. In: ERSKINE, A. (org.). *A Companion to Ancient History*. Oxford: Blackwell Publishing, 2009, p. 260-272.

SHAW, B. D. "Eaters of flesh, drinkers of milk": the Ancient Mediterranean ideology of the pastoral nomad. *Ancient Society*, Leuven, v. 13/14, p. 5-31, 1982/1983.

WHITTAKER, C. R. Land and labour in North Africa. *Klio*, Leipzig, v. 60, p. 331-362, 1978.

TROUSSET, P. *Recherches sur le limes Tripolitanus, du chott el-Djérid à la frontière tuniso-libyenne*. Paris: CNRS, 1974.